



ff

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 43/XII/1.ª SL

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 42;
2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 10/XII (1.ª) (PCP) – Alarga as condições de acesso e atribuição do abono de família.
Deputada autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD);
3. Apreciação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2010.
Deputada autora do parecer: Joana Barata Lopes (PSD);
4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 179/XII (PEV) – Procede à alteração ao Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro e 53/2011, de 14 de outubro).
Deputado autor do parecer: GP do PS;
5. Apreciação das Notas de Admissibilidade das seguintes Petições:
 - 88/XII (1.ª), da iniciativa de Luís Filipe Monteiro, “Pretende que seja retirado o estatuto de utilidade pública e eliminada a obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC)” e designação de Deputado Relator (GP CDS-PP);
 - 96/XII (1.ª), da iniciativa da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, para “Manutenção do feriado oficial do 1.º de dezembro” e designação de Deputado Relator (GP PSD);
6. Apreciação dos seguintes relatórios de audiências:
 - Ordem dos Engenheiros Técnicos, de 1 de fevereiro de 2012;
 - Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões Gescartão, de 8 de fevereiro de 2012.
7. Outros assuntos.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Mário Ruivo (PS), que, por impossibilidade do Senhor Presidente, presidiu à reunião, começou por colocar em apreciação a ata n.º 42, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem do Dia a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 10/XII (PCP). Submetidos à votação os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) foram os mesmos aprovados por unanimidade.

No ponto seguinte, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) apresentou o parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2010.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) chamou a atenção para uma afirmação constante do parecer do seguinte teor: "*(...) a entrada em vigor do Código Contributivo ter tido um impacto positivo no exercício de 2010 e subsequentes*", quando a lei que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social entrou em vigor apenas a 1 de janeiro de 2011.

O Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS), depois de ter sublinhado que, tendo o parecer sido distribuído com uma curtíssima antecedência, cerca de meia hora, e de ter solicitado que, doravante, os documentos passem a ser distribuídos com 24 horas de antecedência, salientou o disposto na alínea D) quanto ao facto de o saldo alcançado pelo subsector da segurança social ter sido superior ao previsto e de relativamente ao crescimento da despesa ter sido determinante o aumento das pensões.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) informou que iria abster-se, designadamente em função de uma afirmação constante do parecer segundo a qual os jovens licenciados têm mais dificuldade na entrada no mercado de trabalho do que os jovens com menor escolaridade.

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) respondeu aos pedidos de esclarecimentos, começando por dizer que, no que diz respeito à objeção da Deputada Mariana Aiveca (BE), não obstante aquele relatório e parecer ser da sua responsabilidade, se tinha socorrido do documento de análise preliminar à CGE 2010, disponibilizado pela UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental), do qual consta idêntica afirmação, prontificando-se a suprimi-la do seu parecer; a respeito das considerações feitas pelo Deputado Jorge Machado (PCP), respondeu que tal interpretação decorria dos dados constantes do quadro 2 sobre evolução das taxas de emprego e desemprego, cuja fonte é o INE e o Banco de Portugal.

De seguida, o relatório e parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2010 foi submetido à votação, tendo sido aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE.

No quarto ponto da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 179/XII (PEV) foi distribuído ao Deputado Nuno Sá (PS). A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) informou que a Deputada Clara Marques Mendes (PSD) era a autora do parecer do Projeto de Lei n.º 172/XII (PCP).

No ponto seguinte da Ordem do Dia, as Notas de Admissibilidade das Petições n.ºs 88/XII (1.ª) e 96/XII (1.ª) foram aprovadas por unanimidade, e designados relatores, respetivamente, os Senhores Deputados Artur Rêgo (CDS-PP) e João Figueiredo (PSD).

No sexto ponto da Ordem do Dia, foram apreciados os relatórios das audiências concedidas à Ordem dos Engenheiros Técnicos, em 1 de fevereiro de 2012, e aos Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões Gescartão, em 8 de fevereiro de 2012, e aprovadas as diligências propostas.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas doze horas e cinquenta minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Vice-Presidente,



(Mário Ruivo)

Palácio de São Bento, 6 de março de 2012.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 29 de fevereiro de 2012

Folha de Presenças

(Ata n.º 42/XII/ 1.ª SL)

Adão Silva
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Maria Conceição Pereira
Maria Helena André

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês Teotónio Pereira
José Manuel Canavarro
Nuno Sá
Vieira da Silva

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Adriano Rafael Moreira